

impede o exame do mérito da pretensão deduzida em juízo, quando não sanado no prazo determinado.[...]"

(Ac de 1.7.2016 no REspe 213773, rel. Min. Henrique Neves)

Nesse contexto, convém rememorar o teor da Súmula TSE n. 20, segundo a qual não se conhece de recurso especial eleitoral por dissídio jurisprudencial, quando a decisão recorrida estiver em conformidade com a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral. Portanto, não há falar na suposta divergência do acórdão recorrido com o entendimento firmado nos acórdãos apontados como paradigmas.

Não bastasse isso, no tocante à alegada violação de dispositivo legal verifica-se uma fundamentação genérica acerca do dispositivo teoricamente contrariado, não sendo realizada a adequada particularização entre o caso concreto e a norma em tese violada.

Diante de tais constatações, há que se concluir que as teses lançadas em sede de recurso especial eleitoral não podem prosperar.

Ora, o recurso especial eleitoral é instrumento processual cabível em hipóteses limitadas. Previsto no art. 276 do Código Eleitoral, afigura-se possível somente quando as decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais forem proferidas contra expressa disposição de lei ou quando ocorrer divergência na interpretação entre dois ou mais tribunais eleitorais.

Depreende-se, então, um mero inconformismo e o desejo de uma rediscussão de mérito, fato este que demanda um reexame do conjunto fático-probatório que se revela absolutamente inviável em sede de recurso especial, conforme Súmula n. 24 do c. Tribunal Superior Eleitoral e Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Feitas tais constatações, nego seguimento ao recurso com amparo no art. 33, XXVIII, do Regimento Interno deste Tribunal.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 30 de dezembro de 2021.

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

Presidente

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

EXTRATOS DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO SEI: 0003280-82.2021.6.22.8000 - CONCESSÃO DE DESCONTO

Espécie: Extrato do Acordo de Cooperação Técnica nº. 01/2022/TRE-RO, assinado em 20/01/2022, firmado entre o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA - TRE-RO, CNPJ: 04.565.735/0001-13 e a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LAURA VICUÑA, que atende pelo nome fantasia de INSTITUTO MARIA AUXILIADORA - IMA, CNPJ: 05.898.754/0001-24. Objeto: Concessão de desconto pela ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LAURA VICUÑA, denominada INSTITUTO MARIA AUXILIADORA - IMA, aos dependentes dos (as) servidores (as) da Justiça Eleitoral de Rondônia, doravante denominados BENEFICIÁRIOS, para cursarem o Ensino Fundamental e Ensino Médio ministrados pelo INSTITUTO MARIA AUXILIADORA - IMA. Fundamentação Legal: Art. 116 da Lei 8.666/1993. Vigência: 12 meses, a contar de sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação - SEI do TRE-RO, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, condicionado à lavratura de Termo Aditivo e mediante solicitação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Signatários: Pelo TRE-RO, LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral, e, pela ASSOCIAÇÃO

EDUCACIONAL LAURA VICUÑA, nome fantasia de INSTITUTO MARIA AUXILIADORA - IMA., FRANCISCA DIAS PEREIRA. Processo SEI: 0003280-82.2021.6.22.8000. (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 - LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021)

EXTRATOS DE NOTA DE EMPENHO

PROCESSO: SEI 0000104-61.2022.6.22.8000 - MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Espécie: Extrato da Nota de Empenho 2022NE000007, de 13/01/2022. Contratada: LSF COMERCIO E SERVICOS DE IMPRESSAO EIRELI. CNPJ: 29.500.349/0001-74. Natureza Despesa: 33.90.30. Objeto: Item 24 do Edital. Unidade de imagem (kit fotocondutor Lexmark), 500Z, tecnologia de impressão laser monocromático, rendimento mínimo de 60.000 páginas, compatível com Lexmark MS/MX 310, 410, 510, 610 Series. Produto original do fabricante da impressora ou similar. Embalagem Individual. REFERÊNCIA: 50F0Z00. Marca: MTSI. Quant. 50; Vlr. Unit. R\$ 193,85; Valor Total da Nota de Empenho: R\$ 9.692,50. Assinada por LIA MARIA ARAUJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO. Amparo Legal: ARP 40/2021, vinculada ao PE 23 /2021/TRE-RO. Processo: SEI 0000104-61.2022.6.22.8000.

25ª ZONA ELEITORAL

EDITAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600072-07.2021.6.22.0025

PROCESSO : 0600072-07.2021.6.22.0025 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (ALTO PARAÍSO - RO)

RELATOR : 025ª ZONA ELEITORAL DE ARIQUEMES RO

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

INTERESSADO : ELIZANGELA DOS SANTOS VIEIRA SILVA

INTERESSADO : NADIR DE OLIVEIRA DIODATO DIAS

INTERESSADO : PARTIDO SOCIAL CRISTÃO - PSC DE ALTO PARAÍSO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

25ª ZONA ELEITORAL DE ARIQUEMES

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) Nº 0600072-07.2021.6.22.0025 ALTO PARAÍSO RONDÔNIA

INTERESSADO: PARTIDO SOCIAL CRISTÃO - PSC DE ALTO PARAÍSO, NADIR DE OLIVEIRA DIODATO DIAS, ELIZANGELA DOS SANTOS VIEIRA SILVA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 002/22

A MM. Juíza desta 25ª Zona Eleitoral do Município de Ariquemes-RO., Dra. Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que a partir da publicação deste o Ministério Público Eleitoral ou qualquer partido político poderão impugnar a prestação de contas apresentadas pelo Partido Social Cristão - PSC de Alto Paraíso/RO, referente ao exercício 2020, no prazo de cinco (05) dias, bem como relatar fatos, indicar provas e pedir abertura de investigação para a apuração de qualquer ato que viole as prescrições legais ou estatutárias a que, em matéria financeira, os partidos e seus filiados estejam sujeitos